

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,
raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Sexualidades, identidades de gênero e direitos

FORTALEZA/CE EM ALERTA: AS INSIDIOSAS FACES DA VIOLÊNCIA ESTRUTURAL LGBTIFÓBICA NA TERRA DO SOL

TIBÉRIO LIMA OLIVEIRA ¹

RESUMO:

O artigo analisa a violência estrutural contra LGBTI+ em Fortaleza, Ceará, e seu impacto no mercado de consumo. O estudo utilizou revisão de literatura, dados de relatórios e entrevistas. Os resultados indicam uma forte reprodução da violência e a expansão do mercado de consumo LGBTI+. Ressalta-se a necessidade de políticas públicas eficazes, para a proteção integral dessa população.

Palavras-chave: Violência estrutural; mercado de consumo e LGBTIfobia.

RESUMEN:

El artículo analiza la violencia estructural contra LGBTI+ en Fortaleza, Ceará, y su impacto en el mercado de consumo. El estudio utilizó una revisión de literatura, datos de informes y entrevistas. Los resultados indican una fuerte reproducción de la violencia y la expansión del mercado de consumo LGBTI+. Se destaca la necesidad de políticas públicas eficaces para la protección integral de esta población.

Palabras clave: Violencia estructural; mercado de consumo y LGBTIfobia.

¹ Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

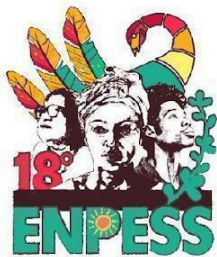
INTRODUÇÃO:

O recrudescimento da violência contra a população LGBTI+ é uma preocupação de extrema relevância e se constitui um desafio urgente a ser enfrentado no contexto brasileiro, há em curso um processo de extermínio contra esses sujeitos marcados pelo avanço do neoconservadorismo e do ultra neoliberalismo. No caso do Ceará uma formação social assentada em valores patriarcais, sexistas e misóginos que qualificam essa violência estrutural. O presente artigo¹ tem como propósito analisar a reprodução da violência estrutural no cotidiano de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Intersexuais (LGBTI+) no Ceará, com ênfase na cidade de Fortaleza, e como essa realidade impacta na expansão de um mercado de consumo voltado especificamente para esse público. Além disso, serão abordados os custos econômicos e os desafios sociais/materiais ocultos enfrentados por essa população em uma sociedade na qual a violência é uma marca presente e que tem ceifado as dissidências sexuais.

Diante disso, pauta-se que respeito à diversidade e à dignidade humana deve ser um pilar fundamental em qualquer sociedade, no entanto, o recente Anuário de Segurança Pública de 2023 e 2024, divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, expôs de maneira impactante a triste realidade do estado do Ceará em relação à violência direcionada a pessoas LGBTI+, sendo 276 casos em 2023, e 341 em 2024. Como podemos perceber que é alarmante o número de denúncias de racismo, que aumentou no estado do Ceará, com um aumento de 23,55% (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024). No ano de 2022, os dados alarmantes apontaram que o Ceará se conformou como recordista em homicídios contra a população LGBTI+, com um registro preocupante de 32 mortes, indicando um acréscimo em relação ao ano anterior, quando 31 óbitos foram contabilizados. Esses números despertam a atenção para a gravidade da situação enfrentada por essa população, clamando por medidas efetivas de proteção e promoção dos direitos humanos.

Além disso, é importante salientar que o estado do Ceará também se destacou negativamente no que concerne aos casos de estupro, com 32 ocorrências registradas em 2022, bem como nas lesões corporais dolosas, com um assustador total de 435 registros no mesmo

¹ Este artigo é resultado de uma Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB) em 2022, atualizada com novos dados acrescentados em 2023.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

período. Tais dados expõem uma realidade de extrema vulnerabilidade e exposição a violências físicas, psicológicas e sexuais enfrentadas pela comunidade LGBTI+ nesse território da federação.

Este artigo baseia-se em uma abordagem qualitativa de pesquisa. A metodologia adotada consiste em uma revisão de literatura que compreende a consulta a fontes acadêmicas, relatórios de organizações da sociedade civil, dados estatísticos e informações disponíveis em bancos de dados governamentais. Foram consultados relatórios e publicações de organizações da sociedade civil, como o Grupo Gay da Bahia (GGB), bem como o próprio Anuário de Segurança Pública. Realizamos entrevista semiestruturadas por intermédio da técnica “Bola de Neve”, em um primeiro momento participaram do estudo 145 pessoas LGBTI+ que responderam ao questionário no Google Forms, desse total selecionamos 11 pessoas que participaram das entrevistas abertas.

No presente artigo, serão abordados e analisados de forma aprofundada os principais conceitos que permeiam questões sociais relevantes, tais como a violência estrutural, a “homofobia”, a LGBTIfobia e o emergente mercado de consumo LGBTI+. A fundamentação teórica para a conceituação desses temas baseia-se em estudos e análises de autores, entre eles Borrillo (2016), Cisne & Santos (2018) e Chauí (2013), proporcionando uma visão crítica sobre essas complexas questões. É importante ressaltar que, devido à natureza sensível do tema e à escassez de dados, algumas limitações podem ser encontradas na pesquisa. No entanto, por meio da análise crítica dos estudos e informações disponíveis, buscou-se oferecer uma visão de totalidade e reflexiva sobre as violências enfrentadas pela população LGBTI+ em Fortaleza/CE.

A VIOLÊNCIA LGBTIFÓBICA COMO UMA DIMENSÃO ESTRUTURAL

A violência contra a população LGBTI+ é um fenômeno estrutural que afeta profundamente a vida desses indivíduos, limitando seu pleno exercício da cidadania e restringindo seu acesso aos espaços públicos e algumas situações até mesmo em locais privados. No contexto da cidade de Fortaleza, localizada no estado do Ceará, essa realidade não é diferente. A violência LGBTIfóbica, enraizada nas relações sociais, perpetua privilégios em favor de corpos heterocentros², impondo obstáculos diários à vivência plena da população LGBTI+. Essa modalidade de violência pode ser caracterizada como:

² A terminologia “corpos heterocentros” refere-se a uma perspectiva ou visão dominante da sociedade que coloca o padrão heterossexual como o centro ou a norma para entender e interpretar a sexualidade e as relações afetivas. Nesse contexto, corpos heterocentros se referem à ideia de que os corpos das pessoas heterossexuais são considerados como o modelo ideal ou padrão, reproduzindo relações de poder marcadas pela heterossexualidade compulsória.

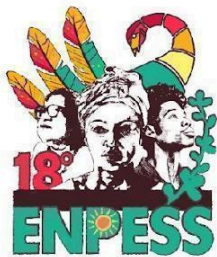
A homofobia é a atitude de hostilidade para com os homossexuais. O termo parece ter sido utilizado pela primeira vez nos Estados Unidos, em 1971, mas foi somente no final dos anos 1990 que ele começou a figurar nos dicionários europeus. Embora seu primeiro elemento seja a rejeição irracional ou mesmo o ódio em relação a gays e lésbicas, a homofobia não pode ser reduzida a isso. Assim como a xenofobia, o racismo ou o antissemitismo, ela é uma manifestação arbitrária que consiste em qualificar o outro como contrário, inferior ou anormal. Devido a sua diferença, esse outro é posto fora do universo comum dos humanos (Borrillo, 2016, p. 15).

É fundamental elucidar que a noção de “homofobia” tem sido usada historicamente para descrever o preconceito, a discriminação e a violência dirigidos a pessoas “homossexuais” e, em alguns casos, a pessoas bissexuais – centrando-se na dimensão da orientação sexual. O termo se tornou amplamente conhecido e utilizado no léxico brasileiro para descrever atitudes e comportamentos violentos, hostis e negativos em relação a essa parcela da população. No entanto, é importante destacar que essa definição tem suas limitações, pois não abarca de forma abrangente todas as experiências, vivências e formas de discriminação enfrentadas pelas pessoas LGBTI+, indo além da orientação sexual.

Nesse sentido, torna-se imperativo ampliar o conceito de “homofobia”, o uso da terminologia “LGBTIfobia” abrange de maneira mais ampla a realidade vivida pela comunidade LGBTI+. A noção de “homofobia” por si só não engloba toda a diversidade dessa população, ao não incluir as distintas identidades de gênero. Portanto, ao incorporar o termo “transfobia” dentro do conceito de LGBTIfobia, reconhecemos e consideramos a violência específica direcionada às identidades de gênero trans (travestis e transexuais), que enfrentam cotidianamente a trágica realidade da violência e da discriminação contra seus corpos.

A realidade contemporânea mostra o quanto o Brasil foi construído como uma nação que tem nos seus pilares de sustentação a violência e o autoritarismo, como dois aspectos colossais da formação social desse país. Internacionalmente essa nação é vista como um território festivo, alegre, nas quais essas dimensões convivem pacificamente. Conhecida pela terra do samba, do frevo e do maracatu, de uma pseudo harmonia entre as raças e etnias, da defesa da diversidade étnico-racial e sexual (Chauí, 2017). Todavia, observa-se que toda essa ideologia discursiva não passa de um mito construído e que nega a violência como a marca central da formação desse país, corre nas veias dessa nação o racismo, sexismo, machismo e a misoginia.

Isso se mostra na ausência de dados governamentais sobre a particularidade da violência contra a população LGBTI+, considerada por agentes do Estado como uma questão menor. Somente em 2020, que pela primeira vez no Brasil o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), realizou no seu relatório de estudos do Atlas da Violência, um parecer inédito sobre a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

violência contra a população LGBTI+. O próprio relatório afirma a ausência de dados sobre a referida população em todo território nacional (IPEA, 2020).

Se desconhece o tamanho da população LGBTI+ e os reais dados da LGBTIfobia no Brasil. Muito em virtude de não existir uma política pública direcionada a captação de informações apenas dessa realidade, políticas essas deterioradas no governo de Jair Messias Bolsonaro (2019 à 2022).

A escassez de indicadores de violência contra LGBTQI+ permanece um problema central. Um primeiro passo no sentido de resolvê-lo seria a inclusão de questões relativas a identidade de gênero e orientação sexual no recenseamento que se aproxima. Paralelamente, é essencial que essas variáveis se façam presentes nos registros de boletins de ocorrência, para que pessoas LGBTQI+ estejam contempladas também pelas estatísticas geradas a partir do sistema de segurança pública. Sem esses avanços, é difícil mensurar, de forma confiável, a prevalência da violência contra esse segmento da população, o que também dificulta a intervenção do Estado por meio de políticas públicas (IPEA, 2020, p. 54).

Hoje no Brasil, quem tem realizado esse trabalho de fiscalização, acompanhamento e monitoramento da violência LGBTIfóbica tem sido as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais, como por exemplo o Grupo Gay da Bahia (GGB). Por isso há inúmeros limites em relação a esses dados, pois muitos são subnotificados. No entanto, mesmo com todos os desafios, anualmente o GGB realiza um controle das violências praticadas contra essa população, apresentando para a sociedade civil os dados por meio dos relatórios anuais. Denunciam uma realidade vivida por inúmeros sujeitos, cujos corpos estão expostos as mais variadas formas de violência, inclusive, da morte.

A violência LGBTIfóbica é estrutural, a sua natureza está ligada a formação social da nação, que tem como centralidade à família heteropatriarcal, monogâmica e nega a diversidade sexual e de gênero (Cisne, Santos, 2018). Portanto, essa negação resulta muitas vezes em atos de violências, que podem ser: física, psicológica, moral, sexual e/ou material.

O Ceará, em relação à questão da LGBTIfobia, apresenta particularidades que o destacam no cenário nacional. É essencial entender os fatores sócio-históricos que levam o estado a ser recordista em assassinatos contra pessoas LGBTI+. Diversos elementos convergem para essa análise, sendo um dos primeiros a considerar a formação social local, que está enraizada em uma dimensão de desigualdade social acentuada, formada por marcas autoritárias e patriarcais.

A sociedade cearense ainda enfrenta desafios relacionados à equidade social, com camadas da população enfrentando uma vulnerabilidade maior, o que pode refletir nas atitudes e comportamentos em relação às pessoas LGBTI+. A persistência do machismo é um desses



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

fatores, uma vez que visões patriarcais enraizadas perpetuam ideias de superioridade masculina e inferioridade feminina, marginalizando ainda mais aqueles que não se enquadram nos padrões tradicionais de gênero numa sociedade que tem como central a heterossexualidade como central.

A herança colonial também exerce influência na construção das relações sociais no estado. Famílias patriarcais e práticas coronelistas, que historicamente detinham poder e controle sobre a população, podem contribuir para a manutenção de valores conservadores que geram discriminação e violência contra pessoas LGBTI+. A rigidez dessas relações locais pode ser um fator agravante, dificultando a aceitação e inclusão de diferentes identidades de gênero e orientações sexuais.

Esses elementos, combinados, contribuem para a perpetuação da violência LGBTIfóbica no Ceará. A falta de igualdade social, aliada ao machismo arraigado e à herança de estruturas patriarcais-coloniais-racistas, criam um ambiente propício para a discriminação e a violência contra a comunidade LGBTI+. Essa situação torna-se ainda mais preocupante quando confrontada com as estatísticas alarmantes de assassinatos de pessoas LGBTI+ na região, exigindo ações urgentes para combater e prevenir esses crimes e promover uma sociedade mais justa e inclusiva para todos.

O Ceará destaca-se como um dos estados mais perigosos para a comunidade LGBTI+ no Brasil em vários aspectos. Segundo Freitas (2021), no ano de 2020, mais de 58 pessoas LGBTI+ foram vítimas de assassinato nesse território, incluindo 23 gays, 21 pessoas travestis e transexuais, 10 lésbicas e 3 casos não especificados. É alarmante observar que a maioria das vítimas estava na faixa etária de 20 a 29 anos, totalizando 26 vítimas.

A crueldade desses homicídios afeta profundamente o dia a dia dessas pessoas de várias maneiras, seja através de perseguição, medo, abuso sexual, constrangimentos, discriminação no mercado de trabalho, preconceito no acesso a políticas públicas e sociais, ou até mesmo a expulsão de espaços de lazer. Esse cenário violento é marcado por uma crueldade e ódio que se manifestam de forma brutal nos assassinatos, como no caso chocante do assassinato de Keron Ravach, uma adolescente travesti de apenas 13 anos, que foi espancada, chutada e agredida de várias formas na cidade de Camocim, no interior do Ceará, em 2020.

Fortaleza também se destaca nesse cenário devastador de crimes de ódio contra a população LGBTI+. No ano de 2020, de acordo com Freitas (2021), foram registradas 21 vítimas da LGBTIfobia na cidade. O espaço urbano da capital tem se mostrado particularmente hostil às sexualidades dissidentes, a violência vem persistindo tornando-se ainda o estado mais violento



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

com 32 mortes em 2022. Um episódio que chocou parte da sociedade brasileira em 2017 foi a circulação de vídeos nas redes sociais que mostravam um grupo de adolescentes e adultos torturando a travesti Dandara dos Santos. Após uma sessão de agressões, chutes, pauladas e torturas, ela foi assassinada a tiros no bairro do Bom Jardim, na periferia da capital. O vídeo revela a completa banalização da violência transfóbica, sem nenhuma reação por parte da população diante das cenas de tortura, conforme observado por Martins (2018).

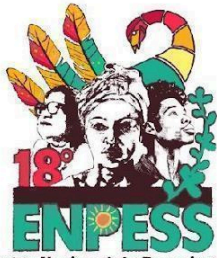
Outro dado alarmante, é que o Ceará se configura entre os estados com maior número de assassinatos de travestis. Segundo o Relatório da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), foram registrados 11 casos de assassinatos de travestis no estado no ano 2022. A violência contra a população trans é uma questão grave e urgente, exigindo esforços governamentais para proteção dessa população.

Essa naturalização do ódio em relação aos corpos considerados abjetos resulta em sua exclusão da sociedade. Esses corpos são privados de seus direitos, despojados de suas vidas e da justiça. Embora esses crimes tenham chocado a sociedade, os índices de violência persistem diariamente e novos casos continuam surgindo. Outras vidas como a de Dandara são tiradas diariamente. O recrudescimento da LGBTIfobia é uma realidade que evidencia como o Estado, mesmo com algumas políticas públicas voltadas para a comunidade LGBTI+, falha em assumir a responsabilidade efetiva de garantir a segurança desse grupo, especialmente durante o governo do presidente Jair Messias Bolsonaro. Enquanto alguns podem desfrutar de espaços de lazer voltados para essa população de forma privada, outras pessoas LGBTI+ pobres, especialmente aquelas que vivem nas periferias da capital, enfrentam constantemente marginalização, preconceito e ódio. Uma realidade muito distante do *marketing* político que o Governo do Estado promove com slogan: “Ceará de todes”³.

AS EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA LGBTIFÓBICAS EM FORTALEZA/CE E A EXPANSÃO DO MERCADO LGBTI+

No contexto do estado do Ceará, torna-se evidente uma preocupante reprodução da violência com viés LGBTIfóbico, um fenômeno que merece uma análise minuciosa e sensível.

³ “O Ceará de Todes” foi uma campanha do Governo Estadual, durante a administração do governador Camilo Santana (PT), promovida pela Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos do Ceará (SPS) na gestão de 2019 a 2022.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

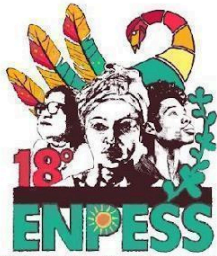
Paradoxalmente, nesse mesmo cenário, pode-se notar um notável crescimento do mercado de consumo LGBTI+ na capital, onde uma foi identificada uma variada oferta de estabelecimentos privados, como bares, boates, saunas, cinemas e restaurantes. Entretanto, a pesquisa revelou que esses espaços, apesar de sua diversidade, estão impregnados de marcadores sociais como classe, raça, gênero e sexualidade, o que contribui para uma notória segmentação e hierarquização.

Neste item, são apresentados os significativos índices da violência contra as pessoas LGBTI+ que aceitaram fazer parte da pesquisa, totalizando a participação de 145 entrevistados por meio de formulário eletrônico. Dentre esse grupo, 11 pessoas concederam entrevistas semi-abertas, por meio das quais puderam expressar as complexas e diversas facetas das profundas marcas da violência LGBTIfóbica.

A partir da pesquisa realizada com 145 participantes, constatou-se que constrangimentos, preconceitos e discriminações baseados na sexualidade, identidade de gênero e/ou cor são realidades enfrentadas por muitos LGBTI+. Dos participantes, 106 relataram ter vivenciado algum tipo de constrangimento ou discriminação, o que representa 73,10% do total. Por outro lado, 39 participantes afirmaram não ter sofrido qualquer forma de discriminação, correspondendo a 26,9% do grupo pesquisado.

Ao analisar as modalidades de violência relatadas, 96 pessoas (66,2%) sofreram discriminação devido à sua sexualidade, 11 (7,5%) relataram enfrentar discriminação racial e 4 (2,7%) mencionaram ter enfrentado discriminação por causa de sua identidade de gênero. Esses resultados refletem a urgência de se combater essas formas de preconceito e promover a igualdade e o respeito para todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual, identidade de gênero ou cor.

Observou-se ainda que as violências se entrelaçam, ou seja, são influenciadas por vários aspectos, como classe social, raça/etnia, gênero e sexualidade. Antes de adentrar nesse debate, é importante ressaltar que, etimologicamente, a palavra “violência” deriva do latim *vis*, que significa força, e pode ser definida como “tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser, é desnaturar” (Chauí, 2017, p. 35). Essa força está presente em diversas ações cotidianas da sociedade, desde a expropriação de terras indígenas e quilombolas até a violência doméstica contra mulheres, o assédio sexual praticado por empregadores contra trabalhadoras domésticas, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes, e os assassinatos de pessoas negras, indígenas e LGBTI+.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

No contexto de uma entrevista com uma das participantes, foram abordadas as experiências de violência vivenciadas por ela enquanto pessoa LGBTI+. A entrevistada relatou ter enfrentado episódios de violência relacionados à sua sexualidade, especialmente em virtude de sua identidade como mulher, bissexual e negra. Ela ressalta a presença da violência, incluindo aspectos de natureza simbólica, que emerge devido à falta de reconhecimento dessas identidades, sujeitando-as a serem tratadas como patológicas, promíscuas e/ou anormais. Os resultados dessa entrevista apontam para a importância de compreender e combater as formas de discriminação e estigmatização direcionadas a sexualidades dissidentes e étnico-raciais, visando promover a igualdade e o respeito à diversidade.

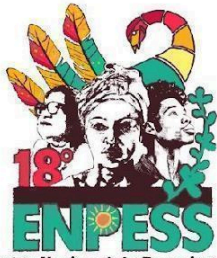
Sim, incontáveis. Por conta da minha sexualidade (a mais comum é a negação da minha sexualidade ou acusação de promiscuidade, também já fui preterida por parte de mulheres lésbicas), da minha identidade de gênero (todo dia, de muitas maneiras, pela condição de ser mulher numa estrutura patriarcal, com regulações do meu corpo e do que posso ou não fazer por ser mulher) e pela minha cor (frequentemente, por ser uma mulher negra de pele clara sou hipersexualizada e me é negada a capacidade intelectual em detrimento de uma suposta capacidade sexual) (MULHER, BISSEXUAL, RELATO).

Essa fala é extremamente relevante para a compreensão das complexas imbricações de opressões/explorações enfrentadas por indivíduos que pertencem a múltiplas dissidências, e corrobora no entendimento de que “a homofobia é um fenômeno complexo e variado” (Borrillo, p. 18). Ela nos lembra da urgência de combater o preconceito, a discriminação e o racismo, bem como de promover a igualdade, o respeito e a inclusão de todas as identidades na sociedade.

Outro elemento da violência que se refere Chauí é que a “[...] todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar)” (Idem, 2017, p. 35), essa condição se manifesta na tortura pública que mulheres travestis e transexuais sofrem publicamente nas ruas, na brutalidade dos homicídios contra os corpos trans, alvejada/os pela transfobia, como o caso da travesti Dandara dos Santos, violentada da sua condição como ser humano, torturada e assassinada. Em um dos relatos uma transexual que participou da pesquisa apresenta essa realidade:

Pela sexualidade sim, inúmeras, não sei de quantos lugares já fui expulsa, quantas vezes fui ameaçada, quantas vezes ouvi piadinhas na rua, realmente não faço ideia porque foram dezenas, talvez ainda mais. Só em shoppings já fui expulsa 4 vezes, sem contar baladas, restaurantes e outras coisas. Ameaças e piadas são incontáveis. (MULHER TRANSEXUAL, RELATO).

O relato apresentado pela mulher transexual aborda a realidade vivida por muitas pessoas que enfrentam inúmeras dificuldades e discriminações por conta de sua sexualidade. A fala



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

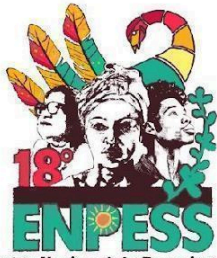
denuncia uma série de experiências traumáticas e prejudiciais, revelando a frequente hostilidade e intolerância que ela tem enfrentado em diversos ambientes públicos, como shoppings, baladas, restaurantes e nas ruas, ou seja, uma das expressões que se constata na pesquisa que mesmo alguns desses locais LGBTI+ afirmarem que promovem o respeito, muitas travestis e transexuais ainda são alvejadas pelas discriminações nesses espaços de lazer e de consumo. As palavras da mulher transexual mostram como a violência verbal e ameaças têm sido uma constante em sua vida, reforçando como a sociedade ainda precisa avançar em termos de respeito e aceitação da diversidade sexual e identidade de gênero trans.

A violência transfóbica representa uma realidade alarmante no Brasil, e a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) tem desempenhado um papel importante ao acompanhar, monitorar e denunciar essa forma de violência. De acordo com os relatórios elaborados pela ANTRA, em 2017, foram registrados 179 assassinatos de pessoas trans. No ano de 2018, foram contabilizadas 163 vítimas da transfobia. Em 2019, houve o registro de 124 homicídios contra pessoas trans, e em 2020, o número foi de 175⁴.

A realidade da população trans tem sido marcada por amplas desigualdades sociais, as dimensões de classes estão imbricadas nas relações sociais vividas por essa população, assinaladas pela pobreza estrutural, estão mais expostas à violência, isso se materializa inclusive na expectativa de vida que não passa dos 35 anos, enquanto a população brasileira é de 76 anos. As relações de classe que atravessam o cotidiano de vida das travestis e transexuais expressam uma realidade caracterizada por contradições, de marginalização e o não reconhecimento dessas identidades no Brasil.

O terceiro aspecto da violência é que “[...] todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar)” (CHAUÍ, 2017, p. 35), essa dimensão se manifesta no racismo e na LGBTIfobia recreativa, tomado pela sociedade como algo positivo, porém o seu ato se estabelece a partir de uma reprodução sistemática de violações sobre as pessoas negras e LGBTI+. Uma das participantes da pesquisa materializa em sua fala a dimensão dessa modalidade de violência da LGBTIfobia imbricada ao racismo:

⁴ “Dados mostram que manipulações no uso das pesquisas produzidas pelas instituições da sociedade civil por representantes do Estado passam a ideia de que o número de pessoas trans assassinadas caiu em 2019 por ações do Estado. Não é possível fazer essa afirmação, tendo em vista a subnotificação e a falta de dados governamentais. Além disso, até o momento, não houve ações específicas para enfrentar essa violência, o que nos faz acreditar que seria uma falsa simetria afirmar uma diminuição de violência de forma “espontânea” e sem investimento material, pessoal ou institucional do Estado em uma política de enfrentamento do transfeminicídio” (Benevides, Nogueira, 2021).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Os dois casos. Na escola, quando criança, já cheguei a ser apelidada de nega do óleo Pajeú. É fácil você ver em espaços comerciais como te olham achando que você não tem condições de estar “comprando ali. Uma vez estava fazendo um seguro para meu carro e o rapaz da vistoria não acreditou que o carro era meu. Queria falar era com a dona do carro. Isso foi constrangedor porque tive que provar que o carro era meu (MULHER, LÉSBICA, RELATO).

No relato, uma mulher lésbica revela ter enfrentado discriminação tanto na infância quanto na vida adulta. Desde a época escolar, ela foi alvo de apelidos racistas, o que demonstra como o preconceito racial pode se manifestar desde cedo, afetando negativamente a autoestima e o bem-estar emocional das pessoas. Além disso, o relato de ser subestimada e tratada com desconfiança em espaços comerciais baseado em estereótipos raciais é uma das faces do racismo.

A quarta dimensão da violência “[...] todo ato de transgressão contra aquelas coisas ações que alguém ou uma sociedade definem como justas e como um direito (é espoliar ou injustiça deliberada) (Chauí, 2017, p. 35). A violência que se mostra nas diversas ações, inclusive, no processo de posse sobre os corpos não brancos, não heterossexuais e não cisgêneros. A natureza da sociedade hétero-patriarcal imbricada a estrutura dominante do racismo em si, já expõem o caráter aniquilador de outras identidades de gêneros, sexuais e étnico-raciais, aquelas que fogem dos “desejos da nação”, formadas pela família monogâmica, hétero-patriarcal, cristã, um processo que se inicia desde a infância: “Já sofri LGBTfobia e discriminação racial. A primeira sempre foi mais presente a segunda de maneira velada por eu ser pardo. Principalmente na infância e adolescência. Depois de adulto, quando vou em alguns lugares públicos quando me monto” (Homem, Gay, Relato).

Esses atos de violência pressupõem “[...] consequentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e pela intimidação, pelo medo e pelo terror” (CHAUÍ, 2017, p. 35), aqui apontam-se as múltiplas faces da violência contra a população LGBTI+, o abuso físico nas escolas por meio dos chutes, ataques dos coleguinhas contra os meninos afeminados, somando-se aos insultos e palavrões que se reiteram no sofrimento psíquico desses sujeitos, no mercado de trabalho: “Hostilização indireta no trabalho e não promoção de cargo. Na família, logo no início, tive que ouvir “e as namoradas que você teve, não serviram de nada?” ou, quando criança, “tem que ir para o futebol que é coisa menino” (Homem, Gay, Relato).

Nas modalidades de violência relatadas pelos participantes identificou-se diversos tipos de discriminações, como olhares, xingamentos, comentários maldosos, violência física, psicológica,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

sexual e moral. Pessoas que foram impedidas de doar sangue em virtude da sexualidade, hostilizações na escola, no espaço de trabalho entre outros. A discriminação que se reitera nos atos constantes de normalização dos corpos, na higienização dos sujeitos através das práticas de cunho psicologizantes de natureza LGBTfóbicas centradas na “cura gay”: “Sim, preconceito por não acreditarem, duvidarem e até propor a ajudar a me "curar”” (Homem, Gay, Relato)

No decorrer das análises das falas pode-se aferir que as modalidades de discriminação são múltiplas, e não se destinam apenas as relações intrapessoais e familiares, elas extrapolam a esses locais, ocorrendo inclusive no espaço público da cidade e nos espaços de lazer privado. Um dos relatos expressam essas formas de violência: “Certa vez, em uma famosa barraca de praia de Fortaleza, estava com meu ex-namorado e, por demonstrarmos afeto, fomos censurados pelo garçom” (Homem, Gay, Relato).

Observa-se que a lavagem rosa⁵, como dimensão do “homonacionalismo à brasileira”, no caso da realidade da população LGBTI+ em Fortaleza, reside nos gastos ocultos em ser LGBTI+ na capital, na violência reproduzida com recorte de gênero, classe e raça, na normalização das identidades, na ausência do Estado em garantir as condições mínimas de sobrevivência dessa população.

Em síntese, a pesquisa abordou diversos desafios enfrentados pela população LGBTI+ em relação à violência, bem como destacou algumas questões econômicas e barreiras sociais que afetam essas pessoas. Entre os entraves econômicos, foram identificadas a insegurança financeira e as dificuldades de acesso ao lazer, além de terem sido apontados os fortalecimentos dos espaços de lazer privados. Além disso, constatou-se a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho e os constrangimentos e preconceitos enfrentados ao buscarem acessar políticas públicas. A pesquisa também revelou a questão da privação de liberdade, destacando a normalização econômica-social e subjetiva dos corpos da população LGBTI+. Nas próximas linhas, iremos aprofundar cada uma dessas dimensões para um melhor entendimento e análise dos desafios enfrentados por essa comunidade.

Entraves econômicos da insegurança e do acesso ao lazer: constantemente em razão do medo e da insegurança pública, muitos LGBTI+, são obrigados a pagarem transporte privados para circularem na cidade, seja através de táxis ou de Uber, e quando podem pagar, para terem

⁵ A terminologia “lavagem rosa”, vem da tradução Pinkwashing que se refere a uma estratégia de marketing ou de relações públicas em que uma empresa ou organização estatais tentam atrair o público LGBTI+ ao adotar símbolos, mensagens ou campanhas que aparentemente apoiam a comunidade LGBTI+, mas que, na realidade, não são genuínas ou não refletem um compromisso real com a inclusão e a igualdade da diversidade sexual e de gênero.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

acesso a esse tipo de serviço. Além disso, devido aos altos índices de violência muitos LGBTI+ evitam sair em determinados horários ou frequentam apenas locais privados de lazer. Já aquele/as que não podem pagar por tais serviços encontram outras formas de sociabilidades de lazer como parques, praças, ruas, praias entre outros locais.

Fortalecimentos dos espaços de lazer privados: em virtude da opressão, dos preconceitos, discriminações e dos constrangimentos muitos LGBTI+ passaram ao longo dos anos formando espaços de sociabilidades, voltados para a socialização desses sujeitos. As redes de socialização foram por muitos anos importantes para a constituição de laços de solidariedade e até mesmo de organização políticas dessa comunidade. Por outro lado, ao mesmo tempo que cresciam esses locais de sociabilidade, o mercado começou a observar as potencialidades de consumo e lucratividade gerados por esse público. Percebe-se que nos anos 1990, uma forte expansão da mercantilização da sociabilidade LGBTI+, colocando cada vez mais essa população subordinada aos espaços privados de socialização (França, 2010). Em razão da violência estrutural, que advém de uma neoliberalização da economia e das subjetividades, no entanto esses espaços geralmente estão em bairros mais elitizados da cidade, dificultando a acesso para grande parte da parcela LGBTI+:

Ainda há uma centra concentração regional na cidade na qual resido. Raros locais na periferia, impondo a um deslocamento maior para o acesso a esses locais. Necessita-se de políticas públicas de apoio quanto à instalação de locais em zonas periféricas e cidades de menores portes (GAY, RELATO ENTREVISTA ABERTA).

Dificuldade de acesso ao mercado de trabalho: ainda que existam campanhas dirigidas pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a população LGBTI+ ainda enfrenta amplas dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Para Oliveira (2016), no campo da empregabilidade, por exemplo, as travestis e transexuais são as que mais sofrem os reatamentos em consequência da transfobia institucional. Nessa trilha, os custos do desemprego e da precarização do mundo do trabalho são altos para travestis e transexuais uma vez que não acessam à Seguridade Social colocada como um direito cada vez mais restrito.

Constrangimentos e preconceitos ao acessarem as políticas públicas: além do fato da população LGBTI+ não ter acesso à segurança pública, muitos ainda sofrem preconceitos em instituições públicas de saúde, educação, assistência social. Por mais que existam legislações sociais de combate a discriminações e preconceitos, muitas vezes os profissionais não são



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

capacitados, ou mesmo, por questões ideológicas e moralistas não respeitadas as orientações sexuais e identidades de gêneros não heterocentradas.

Privação de liberdade: como se viu nesse tópico os índices da violência LGBTIfóbica no Brasil e em Fortaleza são de natureza bastante grave. Para Silva e Santos (2018), isso impõe aos sujeitos LGBTI+ o medo de andar publicamente. O espaço urbano é muito hostil contra essas pessoas, e em especial, é no período noturno que ocorre grande parte dos crimes contra essa população. O medo é frequente na comunidade LGBTI+, isso impõe um processo cada vez mais de privação de liberdade, de não socialização resultado do pânico gerado pelos inúmeros dados da violência LGBTIfóbica. Assim, um dos relatos aponta que geralmente os espaços de lazer até mesmo privados não são seguros,

Não acredito que sejam seguros, principalmente, nos bairros mais periféricos onde além do preconceito, tem novamente a questão socioeconômica. Vejo que o poder aquisitivo blinda um pouco do preconceito e os espaços pensam mais no que você pode gastar lá. Já em eventos tocados pelos Estados, a depender do tipo e do local e onde você se encaixa nessa sigla, como as pessoas as trans, sem dúvidas são ambientes poucos seguros e de poucas oportunidades (LÉSBICA, RELATO ENTREVISTA ABERTA).

Normalização econômica-social e subjetiva dos corpos: além dos aspectos da violência física que à sociedade LGBTIfóbica determina aos sujeitos LGBTI+, o poder ideológico do sistema capitalista manifesta e reproduz também um tipo de violência específica, centrada na simbologia do mercado. Esse fenômeno impõe aos sujeitos LGBTI+ um forte processo de normalização dos corpos e das identidades (Drucker, 2017). Exemplo disso, verifica-se uma normalização centrada na padronização dos corpos, principalmente entre os homens gays, na tentativa de mascarar e romper com aqueles corpos abjetos, transviados e afeminados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na pesquisa realizada os/as participantes, constatou-se que a maioria dos entrevistados relataram ter sofrido algum tipo de constrangimento, preconceito ou discriminação relacionados à sua sexualidade, identidade de gênero e/ou cor. Essas formas de violência são interligadas e influenciadas por vários aspectos, como classe social, raça/etnia, gênero e sexualidade.

Os resultados revelaram que a violência se manifesta de diferentes maneiras, desde olhares e comentários maldosos até violência física, psicológica, sexual e moral. As modalidades de violência relatadas pelos participantes incluem discriminação racial, LGBTIfobia, transfobia e

machismo. Além disso, observou-se que as violências ocorrem em diversos contextos, como na família, na escola, no ambiente de trabalho e em espaços públicos.

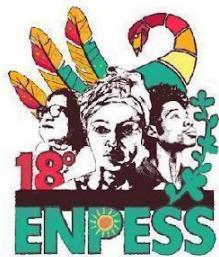
A análise dos relatos dos participantes demonstrou que a violência simbólica e a falta de reconhecimento das identidades dessas pessoas desempenham um papel significativo na reprodução dessas formas de violência. A negação da sexualidade, a acusação de promiscuidade, a hipersexualização de pessoas negras e a imposição de normas de gênero são exemplos das violências enfrentadas pelos entrevistados. A violência contra a população LGBTI+ e pessoas negras revela-se alarmante, com altos índices de assassinatos, agressões físicas e psicológicas, além de discriminação sistemática em diversos aspectos da vida cotidiana.

É importante ressaltar que a violência se configura como atos de força, coerção, tortura e injustiça deliberada contra esses grupos. Ela é resultado de relações intersubjetivas e sociais marcadas pela opressão, intimidação, medo e terror. A LGBTIfobia, o racismo e a LGBTIfobia recreativa são exemplos dessas violações sistemáticas. Diante disso, a pesquisa destaca a necessidade de combater e enfrentar as múltiplas faces da violência contra a população LGBTI+, são fundamentais medidas de proteção, educação inclusiva e políticas públicas efetivas para garantir a segurança, igualdade e dignidade dessas pessoas.

Em síntese, a lavagem rosa, em Fortaleza, representa os gastos ocultos enfrentados pela população LGBTI+. Isso inclui a necessidade de utilizar transporte privado devido ao medo e à insegurança pública, o que gera despesas adicionais. Além disso, altos índices de violência levam muitos LGBTI+ a evitar sair em determinados horários e a frequentar apenas espaços de lazer privados, criando barreiras sociais. Esses espaços privados de socialização LGBTI+ têm se fortalecido ao longo dos anos, mas estão predominantemente localizados em bairros mais elitizados, dificultando o acesso para a maioria da população LGBTI+. Isso demanda a implementação de políticas públicas que promovam a instalação de locais de lazer em áreas periféricas e cidades menores.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Bruna G. NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs.). **Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

BORRILLO, Daniel. Homofobia. História e crítica de um preconceito. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2016.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara dos. Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social. São Paulo, Cortez, 2018.

CHAUÍ, Marilena. Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro. (Org.). André Rocha. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2017.

DRUCKER, Peter. A normalidade gay e a transformação queer. Cadernos cemarx, nº 10 – 2017.

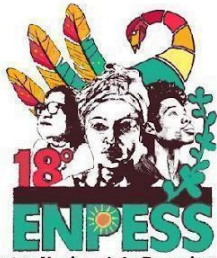
FRANÇA, Isadora Lins. Consumindo lugares, consumindo nos lugares: homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, 2010.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>.

FREITAS, Cadu. Especialistas apontam por que o Ceará é um dos estados mais violentos para LGBTs. 17 maio 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/05/17/especialistas-apontam-por-que-o-ceara-e-um-do-s-estados-mais-violentos-para-lgbts.ghtml>. Acesso em: 20 jul. 2024.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas da Violência de 2020. Brasília, DF, Ministério da Economia, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 7 de julho de 2020.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

MARTINS, Ingrid Gomes. “Justiça para Dandara, Érika e para todas”: a luta do movimento LGBT cearense por respostas estatais à barbárie transfóbica. Trabalho de Conclusão de Curso - (Bacharelado em Direito), Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/21680>. Acesso em: 22 mar. 2022.

SILVA, Andréa Lima da. SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Legado do Marxismo na análise do direito à cidade e da diversidade sexual. *In*: BOSCHETTI, Ivanete, BEHRING, Elaine. LIMA, Rita de Lourdes (orgs.). **Marxismo, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2018.